



FÓRUNS APROXIMAM PARLAMENTO DAS DEMANDAS SOCIAIS

Combate e prevenção às drogas, hospitais, duplicação da BR-470 e infraestrutura de rodovias são grandes temas



ARQUIVO ALBERTO NEVES

Catarinenses de diversos municípios têm participado ativamente das discussões pautadas pelos quatro fóruns em andamento na 17ª Legislatura; total de 14 já tiveram a criação requerida neste ano

PÁGINAS 4 e 5

SACERDÓCIO DE TRÊS DÉCADAS



FABIO QUEIROZ

Padre Hélio da Cunha conquista reconhecimento do Parlamento

PÁGINA 3

DESTAQUE AOS ALIADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR



SOLOM SOARES

Deputados prestam homenagem aos 227 municípios que cumprem lei prevendo recursos para incentivar setor

PÁGINA 3



IDEB É TRANSPARÊNCIA

Preocupado com a qualidade da educação pública em Santa Catarina, apresentei projeto de lei para que todos os estabelecimentos de ensino básico no estado fiquem obrigados a afixar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em local de ampla e fácil visualização.

A proposição tem como objetivo tornar públicas as notas calculadas anualmente por meio do IDEB, mobilizando a sociedade na busca da qualidade da educação em nossas escolas.

A ideia é anterior e vai ao encontro do pensamento do economista e colunista da Revista Veja Gustavo Ioschpe, que em excelente artigo retrata o atual estágio da educação no Brasil.

De fato, conforme define o portal do Inep na internet. "O IDEB foi criado em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas

avaliações."

Assim, visto que o IDEB é um índice comparável nacionalmente, acreditamos que sua divulgação em cada estabelecimento escolar será ferramenta importante na direção da melhoria do sistema educacional brasileiro, vez que permitirá o acompanhamento e o controle social dos resultados mais importantes da educação.

O projeto proporcionará uma melhora no nível educacional ao expor o dimensionamento da qualidade real das escolas em face de parâmetros municipais e estaduais.

Como o objetivo do poder público é destinar educação de qualidade para todos, a divulgação do índice de qualidade se torna imprescindível, até mesmo para que outros estabelecimentos educacionais se esforcem na melhoria do ensino público.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (PMDB)



A ENCRUZILHADA DO OESTE

O Oeste do Estado vive em uma encruzilhada. Se por um lado, a pujança do agronegócio, torna a região um ícone mundial na produção de alimentos, atraindo atenção da China, Rússia e países árabes, por outro, a falta de ações públicas concretas para o desenvolvimento empobrece as perspectivas do futuro do Grande Oeste.

A economia rural, que é um dos pilares que garante a política financeira do país, gera oportunidades e proporciona investimentos beneficiando os quase 2 milhões de pessoas que vivem na região. Ela não tem recebido atenção necessária para inverter a litoralização, gerando um êxodo rural tão grande que abala a oferta de trabalho.

Atualmente, são 5 mil postos de trabalho abertos, o que freia investimentos e obriga empresários a buscarem alternativas que levam os recursos para outras regiões do país.

Em Chapecó, somente a Efapi, maior feira multisetorial do país, mo-

vimenta R\$ 130 milhões em negócios em poucos dias. As 26 novas empresas que se instalam semanalmente na cidade são atraídas pelo movimento econômico, mas sofrem com a escassez de oportunidades para comercializarem seus produtos ou serviços.

Um aeroporto que não atende a demanda, a falta de uma ferrovia Oeste/Leste, a baixa infraestrutura rodoviária, a falta de investimentos para o fornecimento de água tratada são apenas alguns dos entraves que colocam a região na berlinda.

Por isso, nestes meus dias ocupando cadeira no Legislativo, busco apresentar ações para modificar este cenário, e que o Grande Oeste possa continuar trilhando um caminho promissor, assim como fizeram os pioneiros que construíram esta região diferenciada no Estado.

DEPUTADO DANIEL TOZZO (PSDB)

CURSO DE FORMAÇÃO

A Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira abriu inscrições para o Curso de Formação Política para Profissionais da Educação. Dirigido aos educadores que atuam nas redes pública e particular ou em órgãos ligados à educação em Santa Catarina, o curso iniciará dia 24 de agosto, com fim previsto para 23 de novembro.

As inscrições podem ser feitas pela internet, até dia 24, no endereço da Escola do Legislativo, www.alesc.sc.gov.br/escola. São 120 vagas e carga horária de 78h/a. As aulas serão ministradas às quartas e quintas-feiras, das 18h30 às 21h30,

no Plenarinho Paulo Stuart Wright, da Assembleia Legislativa.

O curso abordará temas relacionados à organização política, legislação e políticas públicas, ética, democracia, cidadania, educação, inclusão e diversidade. O objetivo é subsidiar os profissionais da educação, possibilitando-lhes melhores condições de estimular a formação de alunos com uma consciência mais crítica e participativa.

Mais informações através dos e-mails escoladolegislativo@alesc.sc.gov.br; cidadaniaescola@alesc.sc.gov.br, ou pelos telefones (48) 3221-2828 e 3221-2960.

AGENDA

Dias 15 a 26, das 8h às 19h – Exposição Semana Mundial da Fotografia

Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho

Dia 15, às 15h – Audiência Pública regional promovida pelo Fórum Permanente de Combate e Prevenção às Drogas

Local: Câmara Municipal de Vereadores de Criciúma

Dia 16, das 9h às 12h – Audiência para discutir o PEC 007.5/11 e o PL 0236.8/11 com participação da CELESC e CASAN

Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

Dia 16, das 14h às 18h – Realização do subprograma Educação para Cidadania: Construindo um Novo Olhar

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Dia 17, das 8h às 12h – Audiência Pública para discutir sobre terceirização da merenda escolar

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Dia 18, das 9h às 12h – Palestra "Mercosul e sua importância para Santa Catarina" – Proferida pelo Embaixador Régis Arslanian

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Dia 18, às 19h – Sessão Solene em homenagem a BUDDEMEYER, na passagem dos seus 60 anos de fundação

Local: São Bento do Sul - Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento - Rua Vigando Kock, 100

Dia 19, às 14h – Audiência Pública para debater sobre "A situação do Hospital Regional de Araranguá"

Local: Clube Grêmio Fronteira – Araranguá/SC

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)

1º Vice-Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Jailson Lima (PT)

2º Secretário: Reno Caramori (PP)

3º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

4ª Secretária: Ana Paula Lima (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Thamy Soligo

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Carvalho Barbato (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rossana Espezin,

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Tatiani Magalhães e Vitor Santos

Fotografia: Alberto Neves, Aline Silveira (estagiária) Carlos Kilian, Danielle da Silva (estagiária), Fábio Queiroz, Jéssica Luchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária), Stela Maris Martins da Silva e Patrícia Schneider de Amorim

Clipagem: Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso

Expedição: Carolina Amaral (estagiária), Celso João da Rocha e Simone M. Alves

HOMENAGEM A ALIADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Legislativo destaca 227 municípios onde é aplicada lei federal que destina recursos ao Programa de Alimentação Escolar

A Assembleia Legislativa, por iniciativa do deputado Dirceu Dresch (PT), homenageou os 227 municípios catarinenses que cumprem a Lei Federal nº 11.947/09, que autoriza o uso de 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para adquirir produtos da agricultura familiar. A entrega do troféu e do certificado aos prefeitos ocorreu na noite do dia 8, no Auditório Antonieta de Barros, da Assembleia Legislativa.

Praticamente todos os que cumprem a Lei 11.947/09 são pequenos e médios municípios. Dos maiores, apenas Araranguá, Balneário Camboriú, Concórdia, Criciúma, Joaçaba, Joinville, Lages, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão e Xanxerê utilizam produtos da agricultura familiar na merenda escolar.

O presidente da Assembleia, deputado Gelson Merísio (DEM), comemorou os esforços dos prefeitos para auxiliar a agricultura familiar. “Ao cumprir a lei, enaltecemos e valorizamos o trabalho dos agricultores e somamos esforços para manter nosso modelo agrícola”, disse. Merísio também elogiou a decisão do governador Colombo de reverter a terceirização da merenda escolar.

O membro da comissão provisória encarregada de criar o Conselho Nacional de Alimentação Escolar, o catarinense Antonio Mendes dos Santos, parabenizou os prefeitos e pediu que não se prendessem aos



Presidente Gelson Merísio destaca esforços dos prefeitos em cerimônia requerida pelo deputado Dirceu Dresch

30% previstos na lei, que fossem além, cooperando ainda mais com a agricultura familiar.

O prefeito Laurindo Peters, de São Bonifácio, que representou os prefeitos homenageados, elogiou a Lei 11.947/09. “É uma lei que trouxe coisas boas: alimento de qualidade para os alunos e renda para fixar o homem na terra”.

PARABÉNS

Sandra Bergamin, da Cooperativa Central Sabor Colonial, que representou a agricultura familiar na solenidade, também parabe-

nizou os prefeitos, secretários de educação e membros dos conselhos municipais de alimentação escolar. “Meus parabéns a todos vocês, que fizeram com que os produtos da agricultura familiar chegassem às escolas”. Sandra destacou o fato do produto da economia local poder ser comprado pelos estados e municípios. “É uma possibilidade a mais de renda, uma chance para os agricultores permanecerem na terra produzindo alimentos”.

O delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Jurandir Gurgel, lembrou a luta que foi vencer técnicos e parlamentares

a excetuar a agricultura familiar das disposições da lei geral de licitações. A Lei 11.947/09 é um exemplo do espaço que dispõe o legislador para interferir nas relações econômicas, regulando, no caso, as compras públicas de alimentos de modo a induzir o desenvolvimento de um setor específico da sociedade.

A aquisição de alimentos dos agricultores familiares gera fluxo de caixa, cria novos mercados, diversifica a produção nas pequenas propriedades e nas agroindústrias familiares e ajuda a fixar homens e mulheres no meio rural.

INICIATIVAS

Dirceu Dresch, que também é agricultor, destacou que a rotina do Poder Legislativo é a discussão de problemas e que são raros os momentos em que a Casa do Povo se ocupa em celebrar as boas iniciativas. “Precisamos valorizar as coisas que estão indo bem”. Na ocasião, o deputado anunciou que alguns municípios já estão chegando perto de comprar 100% da merenda junto à agricultura familiar.

Dresch lembrou que cerca de 20% das crianças brasileiras em idade escolar têm problemas com obesidade e que, no contexto, oferecer uma merenda saudável é a melhor opção. Além disso, enfatizou que o simples cumprimento da lei combate a pobreza rural, valoriza os empreendimentos e agrega valor à pequena agroindústria familiar.

Prestigiaram o ato solene os deputados Neodi Saretta (PT), Luciane Carminatti (PT), Jailson Lima (PT), Dóia Guglielmi (PSDB) e Jorge Teixeira (PMDB). Após a entrega do troféu e do certificado aos prefeitos, foi servido um coquetel com produtos da agroindústria familiar.

SOLENIIDADE FAZ RECONHECIMENTO AOS 30 ANOS DO SACERDÓCIO DO PADRE HÉLIO DA CUNHA

Os 30 anos de evangelização e atuação na área social prestados pelo padre Helio da Cunha à sociedade catarinense foram reconhecidos em homenagem realizada na noite de ontem, dia 9, no Plenário Deputado Osni Régis, na Assembleia Legislativa. Requerida pelo deputado Maurício Eskudlark (PSDB), a solenidade, que contou com a presença de amigos e familiares, teve como propósito enaltecer a dedicação do sacerdócio ao longo destes anos. “É com grande respeito e admiração que o Parlamento, considerado a Casa do Povo, comemora junto ao padre Helio sua devoção”, ressaltou Eskudlark.

A emocionante noite de homenagens contou com a apresentação de um vídeo resgatando a trajetória de vida sacerdotal do religioso. Natural de Antônio Carlos, padre Hélio nasceu em 5 de outubro de 1949, e ainda muito jovem entrou

para o seminário de Azambuja, em Brusque, onde permaneceu por seis anos. Certo da sua missão, cursou a Faculdade de Teologia, no Instituto Teológico de Santa Catarina, ingressando em 1978 no seminário maior, sendo ordenado diácono em outubro de 1980 por Dom Afonso. Durante sua jornada de trabalhos, o diácono passou pelas paróquias de Biguaçu, Itajaí, sendo nomeado em janeiro de 2003 pároco da Igreja de Santo Antonio de Campinas, em Florianópolis.

Na condição de convidado, o diácono Djalma Lemes aproveitou a oportunidade para, em nome da paróquia de Santo Antônio, agradecer a iniciativa do Legislativo por reconhecer o trabalho cristão fundamental na vida de muitas pessoas atualmente. “Há 30 anos, padre Hélio busca junto às pastorais dinamizar os setores para que ocorra a evangelização e solidariedade entre as

pessoas. Entre as suas atuações, a novena “Nossa Senhora Desatadora dos Nós”, realizada semanalmente na paróquia de Santo Antônio reúne aproximadamente seis mil fieis”, lembrou.

Ao receber uma placa das mãos do deputado Eskudlark e da deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB), em nome do Poder Legislativo por seu trabalho de fé e amor realizado em Santa Catarina, padre Hélio fez questão de ressaltar que desde que aceitou sua missão seus esforços são para levar Deus às pessoas. “Apesar das minhas fragilidades e fraquezas jamais deixarei de estender a mão aos desesperados levando uma palavra de confiança aos que perderam a esperança”, afirmou.

A solenidade foi encerrada com a apresentação da banda Dom Supremo e a apresentação de Luiza Pereira e Giulia Soncine interpretando as músicas “Amor Maior” e “Ave Maria”.



Padre recebe placa na sessão de iniciativa do deputado Maurício Eskudlark

FÓRUNS PARLAMENTARES VALORIZAM TEMAS COMPLEXOS

Desde fevereiro, deputados já aprovaram a criação de 14 grupos de trabalho, limitados a dez em andamento por legislatura

LISANDREA COSTA

O Parlamento catarinense já instalou quatro fóruns parlamentares na 17ª Legislatura, que iniciou no dia 1º de fevereiro deste ano. Previstos no regimento interno para tratar de matérias de grande interesse, que por sua natureza e complexidade não possam ser acompanhadas pelas comissões permanentes, os fóruns caracterizam-se como instrumento mais eficiente no acompanhamento de temas específicos, na avaliação dos parlamentares.

Ao todo, 14 requerimentos de criação de fóruns parlamentares foram aprovados no primeiro semestre, mas o regimento interno da Casa limita a iniciativa ao número de dez em funcionamento por legislatura. Além disso, para que o fórum seja instalado os líderes de bancadas precisam designar representantes, pois cada um deve ser composto por no mínimo dois décimos dos membros da Assembleia Legislativa (oito deputados) dentre a maioria das bancadas.

O deputado Ismael dos Santos (DEM), presidente do Fórum Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas, explica que a iniciativa de criação do fórum partiu do pressuposto de que as comissões

parlamentares acabam não dando conta da demanda e desafios da sociedade. "O fórum vem não só para interagir com a sociedade, mas para alavancar temas que acabam ficando periféricos nas comissões, por falta de tempo e de espaço". Ele classifica esta ferramenta parlamentar como "útil, eficiente e ágil", uma vez que a atuação não segue delimitações regimentais. "É mais resolutivo e ágil porque consegue abarcar a interação com a sociedade sem a interferência de prerrogativas estatutárias, por isso diminui a distância entre sociedade e governo."

Sobre a participação dos demais membros nas atividades do fórum, Ismael reconhece que os outros parlamentares acabam se envolvendo mais quando a atividade diz respeito a sua região, mas ele valoriza como ponto positivo o fato de o fórum conseguir extrapolar as diferenças partidárias e reunir apoio político em prol do tema. O Fórum de Prevenção e Combate às Drogas iniciou no primeiro semestre uma série de sete audiências públicas para fazer um diagnóstico em todas as regiões de Santa Catarina. Em paralelo, prioriza visitas às comunidades terapêuticas.

Conforme o regimento interno, os fóruns parlamentares serão extintos

ao final da legislatura na qual foram constituídos, quando não forem instalados no prazo de cinco sessões ou quando seu encerramento for requerido pelo Plenário. Quando o assunto que motivou a criação não se esgota, o fórum pode ser reinstalado no início de uma nova legislatura, como aconteceu com o fórum que trata da Duplicação da BR-470, presidido pelo deputado Jean Kuhlmann (DEM).

BR-470

Criado para promover a fiscalização das ações dos órgãos federais, como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em Santa Catarina, o fórum defende a necessidade urgente da duplicação da BR-470 e de outras rodovias fundamentais para o estado. "Estamos engrossando fileiras em iniciativas de diversos setores produtivos e também da sociedade civil organizada para, junto ao Parlamento, mostrarmos a força de Santa Catarina e defendermos a nossa malha viária, reconhecidamente perigosa", explica o presidente. Na reinstalação do fórum, Kuhlmann firmou um acordo com os demais representantes do Vale do Itajaí, estabelecendo um rodízio anual na condução das atividades.



Fórum Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas é um dos quatro em atividade, realizando audiências públicas em diversos municípios catarinenses

RODOVIAS E HOSPITAIS GANHAM VOZ

Rodovias são o tema de um fórum parlamentar presidido pela deputada Luciane Carminatti (PT), para acompanhar o estado de conservação, a sinalização, os pedágios, os postos de fiscalização e policiamento, os postos de pesagem veicular e os programas de obras das rodovias estaduais e federais em Santa Catarina.

Para ela, essa instância cumpre um papel importante, que é o de debater a problemática das rodovias catarinenses com a sociedade e proporcionar que as lideranças locais e regionais se manifestem, assim como o poder público. "O fórum contribui na formulação de propostas, de projetos de lei e na fiscalização da aplicação de recursos, portanto, contribui para a solução dos problemas." Em comparação com a atuação de uma comissão, a deputada considera que, por ser um instrumento menos formal, o fórum acaba desenvolvendo um trabalho mais dinâmico e abrangente.

No início da atuação, o Fórum Parlamentar das Rodovias promoveu uma reunião com o comando da Polícia Rodoviária Estadual, na qual levantou um diagnóstico sobre as rodovias catarinenses. Essas informações municipais as audiências regionais realizadas para discutir

problemas e demandas. "Procuramos fazer o debate e aglutinar forças para corrigir os problemas", destaca Luciane, que interage com a Frente Parlamentar das Rodovias, coordenada pelo deputado Darci de Matos (DEM), para somar esforços.

A mais recente iniciativa do gênero criada na Assembleia Legislativa tem nome e apelido. O Fórum dos Hospitais Filantrópicos e Fundações Hospitalares, presidido pelo deputado Mauro de Nadal (PMDB), o chamado Fórum dos Pequenos Hospitais, foi o instrumento que o parlamentar encontrou para aproximar o problema da solução. "Ele permite que se faça um acompanhamento permanente de uma determinada situação, com os olhos voltados a uma solução, seja em curto, médio ou longo prazo."

Na opinião do parlamentar, além de ser mais específico, o fórum não se extingue em um ato, tal como acontece em uma audiência pública, mas permite que o parlamentar fique em constante acompanhamento de determinada problemática. Nadal está coordenando a elaboração de um relatório dos problemas que atingem as instituições hospitalares, por meio de um ciclo de reuniões regionais, a partir das quais serão vislumbradas

soluções e projetos, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e o governo do Estado.

FRENTES

Enquanto a criação de um fórum parlamentar é submetida à deliberação do Plenário, a criação de uma frente parlamentar segue menos exigências, o que torna esse instrumento bastante usual. Conforme explica o diretor legislativo, José Alberto Braunsperger, a Assembleia Legislativa adota o mesmo modelo da Câmara dos Deputados, que qualifica a iniciativa como de "autodeterminação política".

Em outras palavras, o lançamento de uma frente parlamentar configura um ato de vontade política, portanto não segue limitações regimentais. O Legislativo apenas registra a criação das frentes parlamentares, que em geral possuem composição suprapartidária e podem ser integradas por outras entidades, assim como por pessoas físicas e jurídicas. Em 2011, a Assembleia Legislativa já registrou a criação de oito frentes parlamentares, que são coordenadas pelos deputados proponentes.

SAIBA MAIS

Fórum Permanente	Presidente
Combate às drogas	Ismael dos Santos (DEM)
Duplicação da BR-470	Jean Kuhlmann (DEM)
Hospitais Filantrópicos	Mauro de Nadal (PMDB)
Rodovias	Luciane Carminatti (PT)
Frente parlamentar	Frente parlamentar
Agricultura Familiar e Extensão Rural	Dirceu Dresch (PT)
Carvão Mineral	Valmir Comin (PP)
Comércio Varejista	Darci de Matos (DEM)
Cooperativismo	Moacir Sopelsa (PMDB)
Defesa da Cultura	Angela Albino (PCdoB)
Ferrovias	Dirceu Dresch (PT)
Solidariedade a Cuba	Sargento Amauri Soares (PDT)
Transportes	Darci de Matos (DEM)

OITAVA FRENTE É INSTALADA

A Frente Parlamentar da Agricultura Familiar e de Apoio à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural foi a mais recente a ser instalada. Por iniciativa do deputado Dirceu Dresch (PT), a Frente conta com a parceria da Epagri e da Federação das Associações dos Funcionários da Pesquisa e Extensão Rural (Faper). No ato de instalação, no último dia 3, foram eleitos presidente e vice-presidente da Frente, respectivamente, os deputados Dirceu Dresch e José Milton Scheffer (PP).

Em 30 dias, a Frente organizará uma reunião de trabalho no Palácio Barriga Verde, visando planejar sua atuação no curto e médio prazos, construir um calendário de atividades e eventos e definir as prioridades ainda para 2011.

Dresch destacou o potencial catarinense de organização, de experiência em extensão e pesquisa agrícolas da Epagri e das universidades, para desenvolver e profissionalizar ainda mais os agricultores familiares. José Milton Scheffer, que pertence ao quadro técnico da Epagri, afirmou que a Frente é mais um instrumento de defesa da agricultura familiar e de apoio à pesquisa e à extensão rural em Santa Catarina. "O Poder Legislativo sinaliza fortemente a prioridade à agricultura familiar", enfatizou Scheffer.

IDEIAS

O deputado Aldo Schneider (PMDB), presidente da Comissão de Agricultura, hipotecou o apoio da Comissão que preside às atividades da Frente e parabenizou os funcionários da Epagri pelo trabalho realizado de implementar ideias que desenvolveram o meio rural catarinense. "Temos de sair do plano das ideias e partir para a prática delas", defendeu o parlamentar.

Para Raul Zucatto, presidente do CREA, a iniciativa do deputado Dirceu Dresch é louável, pois o modelo agrícola catarinense, além de ser preservado, precisa ser profissionalizado cada vez mais. Zucatto anunciou que o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) decidiu outorgar à Epagri a Medalha do Mérito, pelos serviços prestados à agricultura catarinense e brasileira.

PARLAMENTO DEBATE AUMENTO DO NÚMERO DE VEREADORES

Termina dia 2 de outubro o prazo para as câmaras municipais alterarem seus regimentos internos e as respectivas leis orgânicas dos municípios, visando aumentar o número de vereadores. Em Santa Catarina, segundo o IBGE, 30 municípios estão aptos a aumentar as cadeiras dos seus legislativos. Ao todo, poderão ser criadas 114 novas vagas de vereadores.

Diante da polêmica que se instalou, com outdoors espalhados pelas cidades criticando o aumento, a TVAL, através do programa Parlamento Debate, convidou o presidente da União Catarinense de Vereadores (Uvesc), Itamar Agnoletto, de Chapecó; o professor de Direito Constitucional do Cesusc, Rogério Duarte da Silva; e os deputados Joares Ponticelli (PP) e Darci de Matos (DEM), que exerceram mandatos de vereador, respectivamente, em Tubarão e Joinville, para debater a questão.

Para Rogério da Silva, o debate está mal posto: "O Legis-

lativo não pode ser avaliado sob a ótica de quanto ele custa, mas do que ele faz". De acordo com o professor do Cesusc, a redução de vereadores, determinada pelo STF em 2004, acabou prejudicando a representatividade dos legislativos municipais. "Hoje há demandas que não conseguem chegar ao Legislativo porque houve essa redução. Mas podemos ter um legislativo com mais vereadores e mais barato para a população, com maior eficácia e menor custo".

Esta também é a opinião de Joares Ponticelli, que discordou da campanha midiática que questiona o aumento de vereadores, associando-o à falta de médicos ou de outros profissionais. "Ninguém está falando em aumentar o valor dos repasses para as câmaras", declarou. Ponticelli acredita que um número reduzido de vereadores favorece a eleição de candidatos apoiados pelo poder econômico. "As ideias que não têm respaldo financeiro não terão espaços no Parlamento", sentenciou.



Deputados Joares Ponticelli e Darci de Mattos participam de debate

UVESC PREVÊ PREJUÍZOS SEM ADEQUAÇÃO LEGISLATIVA

Para o presidente da Uvesc, a representatividade será prejudicada se os municípios não adequarem suas leis orgânicas ao que prevê a Constituição.

Já para o deputado Darci de Matos, a vinculação do número de vereadores à população do município foi um erro do legislador. "São Paulo então deveria ter mais de mil vereadores", brincou. Darci citou o caso da Câmara Municipal de Joinville, que em 2011 deverá devolver cerca de R\$ 3

milhões aos cofres do município. "Se pular dos atuais 19 para 25 vereadores, será que a Câmara de Joinville vai devolver dinheiro? Jamais", ponderou o deputado. De acordo com levantamento feito pela União Brasileira de Vereadores (UBV), em todo país o número de vereadores deve ser reduzido para cerca de 59.700 o número de representantes populares nas câmaras municipais.



Público participa ativamente das discussões organizadas pelos fóruns

DEPUTADAS COBRAM REDE DE PROTEÇÃO À MULHER

Bancada feminina na Assembleia Legislativa faz balanço dos cinco anos da Lei Maria da Penha

A lei federal nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, completou cinco anos no último dia 7. Considerada um marco para o movimento feminista, ela coíbe e pune a violência doméstica e familiar contra a mulher, tipifica as formas de violência e prevê mecanismos de proteção das vítimas. Para a bancada feminina catarinense, a lei representou um avanço. As deputadas, no entanto, defendem a implementação de políticas públicas que assegurem a proteção integral das mulheres e de seus filhos, em especial a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina.

Desde a sanção da Lei Maria da Penha, em 2006, foram sentenciados 111 mil processos e distribuídos mais de 331 mil procedimentos sobre o assunto, conforme levantamento do Ministério da Justiça. Ocorreram 9,7 mil prisões em flagrante e 1.577 prisões preventivas de agressores foram decretadas no período.

Mesmo assim, a realidade das mulheres ainda é muito preocupante, alerta a deputada Ana Paula Lima (PT). “Segundo a Fundação Abramo, a cada 2 minutos, cinco mulheres são espancadas no Brasil”, observou. Ela aponta a necessidade de mais casas-abrigo e de delegacias da mulher com atendimento especializado.

A deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB) reafirmou a necessidade de ampliação da estrutura de atendimento às mulheres vitimizadas. Juntamente com a bancada feminina, Ana Paula pretende continuar cobrando a criação da Defensoria Pública. “Precisamos levantar essa bandeira bem alto”, enfatiza.

Seis artigos da lei pressupõem



Deputadas Ana Paula, Dirce Heiderscheidt, Angela Albino e Luciane Carminatti admitem avanços, mas defendem implementação de políticas públicas

a existência de Defensoria Pública, órgão que não foi implantado em Santa Catarina e que é indispensável como instrumento de enfrentamento à violência doméstica, de acordo com a deputada Angela Albino (PCdoB). A partir da Lei Maria da Penha, que a parlamentar classifica como “conquista histórica”, a violência ficou mais visível. “É preciso acabar com a mentalidade antiga de que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Briga de marido e mulher é um problema do Estado. O maior parceiro do agressor é o silêncio.”

PROTEÇÃO

Na avaliação da deputada Luciane Carminatti (PT), a legislação que ampara as mulheres vítimas de vio-

lência não é conhecida por todos. “É preciso torná-la conhecida e efetivá-la”. Ela frisa que vários artigos da lei falam sobre Defensoria Pública,

proteção à vida da mulher e da sua família, integração entre políticas públicas e de assistência, saúde, habitação, segurança e educação.

“Esses instrumentos precisam ser efetivados e articulados quanto à proteção integral das mulheres, sua família e seus filhos.”

AÇÕES PARA VIABILIZAR O BEM-ESTAR DAS CATARINENSES

Para ampliar o vínculo com os conselhos e coordenadorias que atuam em prol dos direitos das mulheres, a bancada feminina recebeu dia 9 o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim) e a Coordenadoria Estadual da mulher (CEM). Coordenado pela deputada Angela Albino (PCdoB), o encontro realizado contou com a participação da deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB).

Na reunião, foram debatidas ações para viabilizar o bem-estar da mulher. Entre as sugestões, foi discutida a possibilidade de abrir um espaço na TVAL para um programa destinado à palavra da mulher chamado “Mulheres catarinenses”; também o apoio à Conferência da Mulher, de 21 a 22 de outubro em Florianópolis, além da elaboração de um cronograma de visitas aos centros

de referências de atendimento às mulheres. A primeira visita está prevista para o início de setembro, em Rio do Sul.

Para deputada Angela Albino, a bancada feminina serve de porta-voz das lutas e reivindicações pautadas pelos conselhos e entidades. Já a deputada Dirce ressaltou o desafio e importância de construir políticas públicas para assegurar cidadania às mulheres.

CCJ APROVA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DA VENDA DE AÇÕES DA CASAN



Romildo Titon anuncia que projeto tramitará em regime de urgência

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou dia 9, requerimento para a realização de audiência pública no dia 16, na Assembleia Legislativa, para discutir o projeto de lei nº 236/2011. O projeto autoriza a venda de ações da Casan. O debate será promovido antes da votação do relatório final do projeto pela comissão, prevista para o dia 23.

O presidente do colegiado, deputado Romildo Titon (PMDB), também comunicou que o projeto será analisado em regime de urgência conforme solicitação do Executivo, tendo 45 dias para concluir a tramitação. A mudança do regime de tramitação foi criticada pelos deputados Sargento Amauri Soares (PDT) e Dirceu Dresch

(PT) que consideraram os prazos insuficientes para a realização de audiência e análise do projeto. “É fundamental que tenhamos tempo para discutir com profundidade o impacto desta medida”, disse Soares. “Uma semana para discutir e dar o parecer é um verdadeiro atropelo, que não favorece nem a sociedade catarinense e nem a democracia”, frisou Desch.

O líder do PT fez um apelo para que o governo reverta a decisão da venda das ações, tendo em vista a crise pela qual passa o mercado acionário e a perspectiva de novos investimentos na empresa, ou que dê mais tempo para que o assunto possa ser debatido. “Este projeto é preocupante para nós e inquietante para os

trabalhadores da instituição”, disse.

CRIADORES

Os membros da CCJ aprovaram ainda, por unanimidade, o PL nº 284/2011, de autoria do Executivo, que autoriza a Secretaria da Agricultura e da Pesca a indenizar, em até R\$ 300 mil, criadores de animais mortos na catástrofe ambiental de 2009 nos municípios do Extremo-Oeste. O projeto, relatado pelo deputado Joares Ponticelli (PP), foi aprovado com emenda aditiva do deputado Moacir Sopelsa (PMDB), que inclui suinocultores entre os beneficiados. A proposta segue para análise nas comissões de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural.

CONSULTA PÚBLICA NA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Sociedade terá 20 dias para definir as finalistas do prêmio



Em sua primeira edição, o novo Certificado foi lançado em 30 de abril pela Assembleia e mais oito entidades parceiras

A Comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social tornou pública a relação das 54 empresas privadas e entidades com fins não-econômicos que se habilitaram no processo de inscrição ao Certificado e Troféu de Responsabilidade Social. Durante 20 dias, uma consulta pública ficará disponível no site da Assembleia Legislativa (no link: http://www.alesc.sc.gov.br/responsabilidade_social/) para que a sociedade possa se manifestar sobre as finalistas.

Com essa medida, a comissão cumpre o edital da certificação e dá transparência ao processo de seleção, conforme explica a presidente Raquel Souto. A lista das 22 empresas e 32 entidades habilitadas estará à disposição da sociedade até o dia 29 de agosto, para que as pessoas possam se manifestar de maneira favorável ou

não ao reconhecimento da organização como socialmente responsável.

PROMOÇÃO

“Caso haja alguma denúncia, a entidade ou empresa será comunicada e terá prazo de cinco dias para se defender. Se a sociedade não apontar restrições, a análise das concorrentes prosseguirá de acordo com os requisitos previstos no edital, com base nos indicadores lançados no balanço social”, informa Raquel. Todas as empresas e entidades com fins não-econômicos que atinjam pontuação prevista no regulamento receberão Certificado de Responsabilidade Social. As empresas que apresentarem os melhores resultados em cada categoria (indústria, comércio e serviços, de pequeno, médio e grande porte) serão contempladas

com o Troféu de Responsabilidade Social – Destaque SC.

As inscrições para a primeira edição da Certificação de Responsabilidade Social foram encerradas no dia 31 de julho. Promovida pela Assembleia Legislativa, conta com a participação de oito entidades parceiras: Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc); Ministério Público de Santa Catarina; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae); Observatório Social de Florianópolis (OSF); Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc); Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina (Fecomércio); Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conede/SC) e Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC/SC).

SEMINÁRIO DEBATE EDUCAÇÃO EM JOAÇABA

Uma ampla troca de ideias, entre segmentos educacionais e setores sociais ligados à educação, aconteceu durante o seminário realizado pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira em parceria com a Comissão de Educação Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa. O encontro realizado no dia 8, no auditório da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), em Joaçaba, reuniu aproximadamente 150 profissionais do setor e teve como foco desenvolver metas e diretrizes para o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

O debate vem ocorrendo no país todo, em Santa Catarina este foi o sétimo encontro, de um ciclo de oito seminários. A iniciativa, em todo

Brasil tem como propósito apresentar sugestões para o Plano Nacional de Educação - Projeto de Lei 8035/2010 em tramitação no Congresso Nacional, visando fortalecer e assegurar uma educação de qualidade aos brasileiros.

Durante as oito horas de atividades, temas como a formação profissional e contínua dos professores, melhorias na qualidade do ensino, valorização dos profissionais da educação e superação das desigualdades educacionais foram abordados por profissionais da área

Na condição de palestrante do dia, a Doutora em Educação Leda Scheide ressaltou a importância do tema, considerando a educação base para formação de cada cidadão. Já a

deputada Luciane Carminatti (PT), vice-presidente da Comissão informou que estará atenta a tramitação do projeto no congresso mesmo após o fim da realização dos seminários.

Presente no evento, o deputado federal Pedro Uczai (PT/SC) defendeu a proposta de aumentar o volume de recursos destinado à Educação, com uma elevação do percentual para 10%. De acordo com o parlamentar, atualmente o governo federal destina 5,7% do PIB do país ao setor, podendo chegar a 7%, conforme a proposta do novo PNE. “A quantia, entretanto, não seria o suficiente para atender todas as metas previstas, explicou Uczai”. O último seminário acontece no próximo dia 15 de agosto em Joinville.

NA TRIBUNA

LOTÉRICAS

O deputado Darci de Matos (DEM) esclareceu projeto de sua autoria, aprovado pela Assembleia Legislativa, que retirou a exigência de vigilantes nas lotéricas que operam com até quatro máquinas financeiras, mantendo a exigência para as que operam com mais de quatro máquinas. O parlamentar defende que a vigilância é necessária, mas o custo deveria ser bancado pela Caixa Econômica e não pelos empresários. Em aparte, o deputado Maurício Eskudlark manifestou posição contrária à segurança armada nas casas

lotéricas, pois a medida “criaria um clima de confronto”. Ele é favorável aos sistemas de vigilância eletrônica.



Darci: custo pela CEF

BEBIDA ALCOÓLICA

Na sessão ordinária do dia 9, o deputado Dado Cherech (PSDB) tratou do projeto de sua autoria que aborda o comércio indevido de bebida alcoólica a adolescentes.

Dado ilustrou o pronunciamento com exemplo de uma lei criada no estado de São Paulo para punir com mais rigor estabelecimentos que vendam bebidas alcoólicas para menores.



Dado: maior controle

EDUCAÇÃO (1)

Na tribuna no dia 9, o deputado Maurício Eskudlark (PSDB) afirmou que a qualidade do ensino e o rendimento escolar estão abaixo das expectativas. A média nacional apurada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é de 4,9, e a meta do país é atingir a nota 6 até o ano de 2022. “Pesquisas mostram que os pais ignoram a situação e dão média superior a 8 para o ensino de seus filhos.” Eskudlark defendeu uma avaliação sistêmica e um compro-

misso conjunto pela melhoria da qualidade do ensino.



Eskudlark: avaliação

EDUCAÇÃO (2)

A deputada Luciane Carminatti (PT) comemorou a edição do decreto presidencial do dia 27 de junho, que obriga estados e municípios a manterem conta única para os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), medida que na opinião dela foi “uma vitória do magistério catarinense”.



Luciane: vitória



FOTOS MIRIAM ZOMER

Promovida pelo Fórum Parlamentar dos Pequenos Hospitais, presidido pelo deputado Mauro de Nadal, audiência pública reúne autoridades, gestores hospitalares e comunidade em Ituporanga

A SITUAÇÃO DOS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

Falta de recursos desafia unidades e fundações que atendem 28 municípios da região do Alto Vale do Itajaí

Dados da Associação dos Hospitais de Santa Catarina (Ahesc) comprovam que não existe falta de hospitais e leitos na região compreendida pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi). A principal carência dos hospitais filantrópicos e fundações hospitalares que atendem os 28 municípios da Amavi é a falta de recursos para o custeio das unidades. A radiografia foi traçada em audiência pública promovida, dia 4, pelo Fórum Parlamentar dos Pequenos Hospitais, presidido pelo deputado Mauro de Nadal (PMDB), na Câmara Municipal de Ituporanga,

Autoridades locais, gestores hospitalares e membros da comunidade aproveitaram a oportunidade para cobrar do governo do Estado mais atenção com o sistema de saúde pública oferecido aos catarinenses.

Preocupados com a situação dos hospitais e dispostos a contribuir para uma nova política pública para área da saúde, a deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB), e os deputados Jorge Teixeira (DEM), Volnei Morastoni (PT), Jailson Lima (PT) e Aldo Schneider (PMDB) também participaram do evento. Atento às manifestações, Nadal ressaltou que o momento é de discussão e de reunir informações coletadas a partir de um questionário durante as 18 audiências que acontecerão no estado. "Este material será com-

pilado em um documento e encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde e à Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde. "Queremos elaborar um amplo projeto para suprir deficiências hospitalares e consequentemente melhorar o atendimento", explicou o parlamentar.

QUALIDADE

Destacando a importância dos pequenos hospitais nas microrregiões e a necessidade de uma política de apoio, Morastoni, que preside a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, salientou a importância do debate, uma vez que o governo se mostra aberto para investimentos, porém quando o assunto é o custeio passa a responsabilidade para o poder municipal. "Com essa reivindicação esperamos que o governo se posicione para sabermos exatamente qual o papel do Estado, uma vez que possui hospitais próprios, entre outros hospitais grandes sendo administrados por terceiros. Além desse posicionamento, a Comissão de Saúde reivindicará a regulamentação da Emenda Constitucional 29, estimulando que as demais Assembleias Legislativas do país e todas as câmaras de vereadores reforcem esse movimento", afirmou.

De acordo com o secretário de Saúde de Ituporanga, José Farias,

as prefeituras estão sendo as principais financiadoras dos hospitais, investindo mais do que os 15% de responsabilidade do governo estadual. Em muitos casos, o Legislativo Municipal está utilizando os recursos destinados ao atendimento base (pronto-socorro/emergência) para financiar os custos do atendimento de média e alta complexidade. "Sem investimentos está se tornando inviável manter os hospitais funcionando e principalmente oferecer qualidade", frisou Farias.

Na ocasião, o prefeito de Ituporanga, Osni Fraga, confessou que o município vem contribuindo no seu limite para atender a população, porém medidas urgentes precisam ser tomadas para manter o atendimento. Em nome da Secretaria Estadual da Saúde, na ocasião representando o secretário Dalmo Claro de Oliveira, o assessor Ivanor Bez, que há 30 anos atua no setor, salientou o esforço de cada gestor ao longo destes anos para capacitar o atendimento e dar estrutura de qualidade aos catarinenses. "Assim como educação, saúde é prioridade para o governo. Estamos aqui participando desta reunião com o propósito de, em parceria, encontrar soluções que proporcionem satisfação tanto para os gestores como para a sociedade que busca atendimento. É um processo complexo, mas que tem solução se bem trabalhado", acrescentou.

SETOR GERA 33.900 EMPREGOS

São 6.724 estabelecimentos prestadores de serviço de saúde, sendo 3.041 clínicas, 539 laboratórios e 2.962 serviços de saúde diversos, segundo a Federação dos Hospitais de Santa Catarina (Fehoesc). Com relação aos 221 hospitais do Estado, as entidades representativas congregam mais de 180 hospitais, ou seja, cerca de 82% dos hospitais catarinenses.

Em Santa Catarina, dos 15.191 mil leitos, 77% são representados pela Ahesc e Fehoesc. Apesar de ser chamado de "serviço complementar" para o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS),

o setor privado vai além disso. Dos 11.717 leitos privados/filantrópicos em SC, mais de 67% são dedicados exclusivamente ao atendimento do SUS. No tratamento intensivo, a participação dos setores privado/filantrópico é determinante com 77% dos 78 leitos de UTI disponíveis.

Os hospitais e demais estabelecimentos de prestadores de serviços de saúde são responsáveis por mais 33.900 empregos. Somente nos hospitais privados e filantrópicos são mais de 69% da força de Trabalho em Santa Catarina.



Comunidade participa do debate em busca do fortalecimento dos hospitais